

BIOTROP

Soluções em Tecnologia Biológica



TOTAL BIOTECNOLOGIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

07.483.401.0001-99



RELATÓRIO DA DIRETORIA

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as demonstrações financeiras dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e de 2019. Permanecemos a inteira disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação e as notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balancos patrimoniais 31 de dezembro					Demonstração do Resultado					Demonstração de Fluxo de Caixa								
Ativo	Nota	2021	2020	2019	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020	2019	Nota	2021	2020	2019	Nota	2021	2020	2019	
			(Nota 4.18)	(Nota 2.1(a))			(Nota 4.18)	(Nota 2.1(a))	(Nota 2.1(a))			(Nota 2.1(a))	(Nota 2.1(a))			(Nota 2.1(a))	(Nota 2.1(a))	
Circulante					Circulante					Receita líquida de vendas	22	153.340	72.105	70.582	Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Caixa e equivalentes de caixa	5	37.186	3.987	7.600	Fornecedores	13	1.104	4.404	1.716	Custo das vendas	23	(37.644)	(18.601)	(16.892)	Lucro antes do I.R. e da contribuição social			
Contas a receber de clientes	6	126.584	53.128	48.512	Obrigações tributárias	14	1.507	2.387	816	Lucro bruto		115.696	53.504	53.690	Ajustes de receitas e despesas que não envolvem caixa			
Estoques	7	12.423	10.063	7.261	Obrigações sociais e trabalhistas	15	8.947	4.914	2.948	Despesas com vendas	24.1	(42.226)	(14.205)	(15.579)	Depreciação e amortização	10 e 11	2.436	1.157
Impostos e contr. a recuperar	8	4.433	1.669	354	Passivo de arrendamento	16	4.802	1.851	896	Desp. gerais e administrativas	24.2	(23.719)	(22.192)	(14.002)	Encargos sobre empréstimos e passivos de arrendamento			
Outros ativos		182	420	561	Empréstimos e financiamentos	17	54.659	26.726	16.141	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(2.124)	274	(413)	Provisão (reversão de provisão) para liquidação créditos duvidosos	6	824	(915)
		180.808	69.267	64.288	Dividendos a pagar	19	20.487	12.774	2.084	Resultado financeiro		(68.069)	(36.123)	(29.994)	Provisões (reversões de provisões)	7 e 18	13.776	(302)
Não circulante					Provisões	18	14.798	1.312	1.965	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	38.689	14.528	22.702	Baixa de ativo imobilizado	10	161	354	
Realizável a longo prazo					Adiantamentos de clientes e outros		4.457	361	472	Lucro líquido do exercício	30.843	11.120	19.902	Amortização do direito de uso	12	2.964	3.060	
Depósitos judiciais		112	9				110.761	54.729	27.038	Lucro básico e diluído por ação - em reais	21	1,56	0,56	1,01				
Partes relacionadas	19	81.540	45.986	31.096	Não circulante													
Tributos diferidos	9	7.303			Empréstimos e financiamentos	17	116.006	27.527	13.611									
Imobilizado	10	19.735	14.047	5.789	Passivo de arrendamento	16	2.355	2.966	3.245									
Intangível	11	10.111	7.094	1.651	Provisões	18			7									
Direito de uso	12	4.947	4.396	3.938			118.361	30.493	16.863									
		123.748	71.532	42.474	Total do passivo		229.122	85.222	43.901									
Total do ativo		304.556	140.799	106.762	Patrimônio líquido	20												
					Capital social		20.704	20.684	20.684									
					Reserva de capital		24.000	24.000	24.000									
					Reservas de lucros		30.730	10.893	18.177									
					Total do patrimônio líquido		75.434	55.577	62.861									
					Total do passivo e do patrimônio líquido		304.556	140.799	106.762									

Demonstração do Resultado Abrangente			
	2021	2020	2019
	(Nota 2.1(a))	(Nota 2.1(a))	(Nota 2.1(a))
Lucro líquido do exercício	30.843	11.120	19.902
Outros componentes do resultado abrangente	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	30.843	11.120	19.902

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

1 Contexto operacional - 1.1 Informações gerais - A Total Biotecnologia Indústria e Comércio S.A. ("Total Bio" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, está sediada na cidade de Curitiba, estado do Paraná, e tem como objeto social e atividade preponderante a produção e comercialização de fertilizantes, inoculantes, biofertilizantes e aditivos para a agricultura e alimentação animal. Assim, os produtos desenvolvidos pela Companhia são voltados para o manejo de culturas de grãos, cana-de-açúcar, algodão, café e hortaliças e frutas, destinando-se à fixação biológica do nitrogênio, à promoção do enraizamento e crescimento das plantas e à proteção dos cultivos. A Companhia atua por meio da ação direta de sua área comercial e por meio de distribuidores agrícolas com atuação em todo o território nacional. A Total Bio realiza vendas a quatro principais grupos de clientes, quais sejam: (a) agricultores (clientes finais), (b) distribuidores agrícolas independentes, (c) clientes no exterior (exportações) e (d) outras indústrias em regime de tolling e venda B2B. O atendimento ao mercado brasileiro compreende todo o território nacional e as exportações têm como destino, por ordem de grandeza, os vizinhos Paraguai, Argentina e Bolívia. Em 22 de novembro de 2018, o controle societário da Companhia foi adquirido pela Biotrop Soluções Biológicas e Participações Ltda. ("Biotrop" ou "Controladora") por meio de aquisição de ações e de integralização de capital que, em conjunto, representou a participação majoritária de 92,5%. A partir da mudança de controle societário a Controladora e a Companhia ("Grupo") iniciaram uma série de mudanças na Administração com foco em expandir e fortalecer a atuação comercial e estratégica da Total Bio, bem como a implementação de processos de governança, visando crescimento e aumento do valor da Companhia, além do forte compromisso de desenvolvimento tecnológico, social, ambiental e econômico. Em abril de 2021, a Biotrop adquiriu a participação dos acionistas minoritários e passou a ter controle integral (100%) da Companhia. **1.2 Impactos da pandemia de COVID-19** - Em decorrência da declaração da Organização Mundial da Saúde (OMS) no dia 11 de março de 2020, sobre a pandemia do novo coronavírus, o COVID-19, a Companhia informa que vem tomando todas as medidas necessárias a prevenção, informando todos os colaboradores e parceiros sobre os cuidados, bem como a colocação do pessoal administrativo e do grupo de risco em home office para diminuir a circulação de pessoal e do risco de contaminação. Diante das incertezas, a Companhia avalia constantemente quais os possíveis impactos que podem ocorrer em relação a: • Insumos necessários ao desenvolvimento das atividades; • Os impactos nas vendas; • Os impactos no fluxo de caixa da Companhia e se há um aumento significativo no risco de crédito. As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base em continuidade. As operações da Companhia começaram a ser afetadas pelo COVID-19 no primeiro trimestre de 2020. A Companhia vem trabalhando continuamente em planos de adaptação à situação. Na data em que a Administração autorizou a emissão dessas demonstrações financeiras de 2021, em conjunto com as de 2020 e 2019, a administração determinou que não havia incertezas relevantes que pudessem em dúvida a capacidade da Companhia de continuar operando nos próximos 12 meses. **2 Resumo das principais políticas contábeis - 2.1 Base de preparação** - As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Uma descrição dessas estimativas e julgamentos está divulgada na Nota 3. (a) A emissão das demonstrações financeiras de 2021 foi autorizada pela administração da Companhia em 5 de abril de 2022. Não obstante, as demonstrações financeiras de 2020 e de 2019, cujos resultados e posições patrimoniais já haviam sido aprovados e que tiveram as principais informações contábeis publicadas no Diário Oficial do Paraná, em 11 de agosto de 2021 e 31 de julho de 2020, respectivamente, também tiveram as suas correspondentes demonstrações financeiras completas aprovadas em 5 de abril de 2022, para divulgação integral das informações, incluindo as notas explicativas. Considerando que a publicação anterior das demonstrações financeiras de 2019 ocorreu de forma incompleta e, nessa versão completa e conjunta, não ocorreram ajustes significativos sobre os números antes divulgados, exceto por reclassificações pontuais e mudanças de nomenclatura, a administração entende não se tratar de reapresentação das demonstrações financeiras daquele exercício, mas da primeira apresentação completa e aprimorada. As demonstrações de 2020 estão sendo parcialmente reapresentadas - Nota 4.18. **2.2 Base de mensuração** - As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando apresentado de outra forma. **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação** - Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Companhia. **2.4 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações** - As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2020: • Definição de material: alterações ao CPC 26 "Apresentação das Demonstrações Contábeis" e CPC 23 "Políticas Contábeis, Mudança de Estimati-

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido							
	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros	Lucros retidos	Lucros acumulados	Total	
	Nota 2.1(a)	20.684	24.000	967	15.446	61.097	
Em 31 de dezembro de 2018							
Dividendos adicionais deliberados no exercício, conforme AGO de 30/12/2019					(15.190)	(15.190)	
Lucro líquido do exercício					19.902	19.902	
Destinação do lucro:							
Constituição de reservas	20.4(a)		995		(995)		
Dividendos mínimos obrigatórios	20.3				(945)	(945)	
Dividendos preferenciais fixos e obrigatórios	20.3				(2.003)	(2.003)	
Reserva de retenção de lucros	20.4(d)			15.959	(15.959)		
Em 31 de dezembro de 2019	4.18	20.684	24.000	1.962	16.215	62.861	
Dividendos adicionais deliberados no exercício, conforme AGO de 16/12/2020					(15.962)	(15.962)	
Outros ajustes					86	86	
Lucro líquido do exercício					11.120	11.120	
Destinação do lucro:							
Constituição de reservas	20.4(a)		556		(556)		
Dividendos mínimos obrigatórios	20.3				(528)	(528)	
Dividendos preferenciais fixos e obrigatórios	20.3				(2.000)	(2.000)	
Reserva de retenção de lucros	20.4(d)			8.122	(8.122)		
Em 31 de dezembro de 2020	4.18	20.684	24.000	2.518	8.375	55.577	
Dividendos adicionais deliberados no exercício, conforme AGO de 25/11/2021					(8.122)	(8.122)	
Integralização de capital que teve a subscrição na AGE de 22/11/2018		20				20	
Constituição de reserva de incentivos fiscais	20.4(b)			11.626	(11.626)		
Lucro líquido do exercício					30.843	30.843	
Destinação do lucro:							
Constituição de reservas	20.4(a)		1.542		(1.542)		
Dividendos mínimos obrigatórios	20.3				(884)	(884)	
Dividendos preferenciais fixos e obrigatórios	20.3				(2.000)	(2.000)	
Reserva de retenção de lucros	20.4(d)			14.791	(14.791)		
Em 31 de dezembro de 2021		20.704	24.000	4.060	11.626	15.044	75.434

va e Retificação de Erro": • Definição de negócio: alterações ao CPC 15 "Combinação de Negócios"; • Reforma da IBCOR: alterações ao CPC 48, CPC 38 e CPC 40 - "Instrumentos Financeiros"; • Estrutura Conceitual Revisada para Relatórios Financeiros; • Benefícios Relacionados a Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: alterações ao CPC 06(R2) "Arrendamentos". As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia. **3 Uso de estimativas e julgamentos** - Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente, conforme determinado pelas práticas contábeis aplicáveis. **3.1 Julgamentos** - Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão contempladas abaixo. (a) **Provisão para contingências** - A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, civis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. (b) **Revisão das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado** - A Companhia revisa e, se apropriado, ajusta as vidas úteis de seus ativos, no mínimo anualmente. (c) **Provisão para créditos de liquidação duvidosa** - A provisão para créditos de liquidação duvidosa é reconhecida com base em uma análise individual dos clientes, levando em consideração os riscos de realização dos recebíveis. A provisão constituída é considerada suficiente pela Administração para cobrir as perdas dos recebíveis de difícil realização. A realização desses ativos, cujos valores estão descritos na Nota 6, em alguns casos requer negociações e tempo por parte da Companhia. (d) **Taxa incremental sobre empréstimos do arrendamento** - A Companhia não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, sendo os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar, em 2021 a taxa de juros sobre os arrendamentos foi de 11,98% (2020 - 10,68% e 2019 - 11,50%). A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo. A adoção do CPC 06 (R2) permite que a taxa incremental seja determinada para um agrupamento de contratos, uma vez que esta escolha está associada à validação de que os contratos agrupados possuem características similares. A Companhia adotou o referido expediente prático de determinar agrupamentos para seus contratos de arrendamento em escopo por entender que os efeitos de sua aplicação não divergem materialmente da aplicação aos arrendamentos individuais. O tamanho e a composição das carteiras foram definidos conforme as seguin-

tes premissas: (a) ativos de naturezas similares e (b) prazos remanescentes com relação à data de aplicação inicial similares. **3.2 Mensuração do valor justo** - A Companhia apresenta os instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações por nível como segue: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2 - informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1, que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços). • Nível 3 - informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis). A determinação do valor justo ("fair value") dos instrumentos financeiros contratados pela Companhia é efetuada com base em informações obtidas junto às instituições financeiras e o preço cotado em mercado ativo, utilizando metodologia usual padrão de precificação no mercado, que compreende avaliação do valor nominal até a data do vencimento e desconto a valor presente às taxas de mercado futuro. A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("impairment"). Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda ("impairment"), estejam próximos de seus valores justos, especialmente considerando prazo e natureza. Os instrumentos financeiros são mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível de hierarquia. **4 Principais políticas contábeis** - As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente desde a constituição da Companhia. **4.1 Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. **4.2 Contas a receber de clientes** - As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou "impairment"). A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou impaired é avaliada mediante referências às classificações externas de crédito (se houver) e às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. A provisão para créditos de liquidação duvidosa ("impairment") foi estimada com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer frente a eventuais perdas esperadas na realização dos créditos. Para os demais títulos vencidos e a vencer relacionados a clientes com risco verificado, é efetuada uma análise individual e a Administração mantém os procedimentos de cobrança e provisão quando pertinentes. **4.3 Estoques** - Os estoques de matérias-primas são avaliados pelo custo de aquisição, líquido dos impostos compensáveis, quando aplicáveis, e os produtos em elaboração e acabados são avaliados pelo custo médio de fabricação, que não excedem o valor líquido realizável. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para a conclusão e custos necessários para realizar a venda. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos, quando aplicáveis, são constituídas em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização e obsolescência dos estoques. **4.4 Imobilizado** - O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição de formação ou construção, e reduzidos ao valor de recuperação dos ativos, quando necessário. São re-

gistrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando estes estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Gastos com manutenção que implicam em prolongamento da vida útil econômica estimada dos bens do ativo imobilizado são capitalizados. Gastos com manutenção que têm impacto na vida útil econômica dos ativos e os itens que se desgastam durante a safra são reconhecidos como despesas quando realizados. Quando aplicável, é efetuada provisão para redução ao valor de realização dos ativos. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. Em 2019, a Companhia realizou o inventário físico de seus bens e os ajustes provenientes da avaliação patrimonial foram reconhecidos durante o período das demonstrações financeiras da Controladora, como parte do processo de contabilização do PPA (Alocação do Preço de Compra), decorrente da aquisição do controle societário da Companhia (Combinação de Negócios). Em 2021 e 2020, a Companhia efetuou uma avaliação dos seus bens e não identificou efeitos relevantes de ajustes nesses exercícios. **4.5 Intangível** - Os softwares adquiridos de terceiros e os gastos com desenvolvimento são mensurados pelo valor pago na aquisição/gastos e são amortizados pelo método linear. **4.6 Arrendamentos** - A norma CPC 06 (R2) aplicada a partir de 1º de janeiro de 2019, tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários o reconhecimento dos passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos de direito de uso para todos os contratos de arrendamento que estiverem no escopo da norma, definida pela metodologia contábil da Companhia em linha com as premissas da norma vigente. **Direito de uso** - A mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor nominal dos contratos em escopo, acrescidas a taxa de atualização projetada dos contratos, trazida a valor presente no momento da adoção inicial. A administração optou por revisar o cálculo e a mensuração de valores anualmente de acordo com as correções reais a ocorrerem nos contratos relacionados. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente de cada contrato, que possui um intervalo de 2 a 5 anos. **Passivos de arrendamento** - Dos contratos que foram escopo da norma, a administração da Companhia considerou como componente de arrendamento somente o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de alugueis fixos, nos quais consideram-se as renovatórias de acordo com a política interna da Companhia, cujo prazo ocorre normalmente até o vencimento do contrato, quando identificada a razoável certeza da renovação. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa de desconto. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira (continua)

(continua)

e apropriados com base na taxa de desconto, de acordo com o prazo remanescente dos contratos. **4.7 Impairment de ativos não financeiros** - Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC), representadas pelas unidades operacionais da Companhia. **4.8 Fornecedores** - As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar aos fornecedores são apresentadas como passivo não circulante. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, na prática, significativamente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **4.9 Empréstimos e financiamentos** - Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores líquidos captados e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os empréstimos e financiamentos com vencimento em 12 meses são classificados no passivo circulante, sendo os demais vencimentos classificados no não circulante. **4.10 Instrumentos financeiros** - A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço. **(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e não reconhecimento** - Os instrumentos financeiros ativos e passivos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrer. **(ii) Compensação de instrumentos financeiros** - Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(iii) Impairment de ativos financeiros** - A Companhia avalia, a cada data de apresentação, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **4.11 Provisões** - As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício apresentado, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidá-los, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **4.12 Imposto de renda e contribuição social corrente** - Os encargos do imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas na data do balanço. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R\$ 240 anuais. A contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. Em 2020 e 2019, a Companhia foi optante do regime de tributação sobre o lucro presumido, no qual a base tributável do imposto de renda e contribuição social é calculada por meio da aplicação do percentual de presunção de 8% e de 12% sobre a receita de venda de produtos, respectivamente, e de 32% sobre a receita de prestação de serviços. Em 2021 a Companhia passou a adotar o regime de "lucro real". As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes (2021, também diferido) e são reconhecidos na demonstração do resultado. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos no passivo, quando houver montantes a pagar, ou no ativo, quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. Nesse contexto, os créditos ou débitos tributários diferidos, quando aplicável, também são apresentados de forma líquida, no ativo ou passivo não circulante, respectivamente. **4.13 Benefícios a empregados** - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado e desde que a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **4.14 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes** - Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas. Os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, encargos e as variações monetárias e cambiais incorridas. **4.15 Reconhecimento de receita e apuração do resultado** - A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. **(a) Venda de mercadorias** - A receita com venda de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições são atendidas: • A Companhia e o comprador aprovaram a transação e estão comprometidos em cumprir suas respectivas obrigações. • A Companhia pode identificar os direitos de cada parte em relação aos bens a serem transferidos. • A Companhia pode identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos. • A transação possui substância comercial (ou seja, espere-se que o risco à época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da entidade se modifiquem como resultado do contrato). • É provável que a Companhia receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

A receita de venda de produtos é reconhecida quando todos os produtos são entregues e a propriedade legal é transferida. **(b) Receitas e despesas financeiras** - As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **4.16 Subvenção governamental - ICMS** - A subvenção governamental é reconhecida quando há razoável segurança de que a Companhia cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. Os valores referentes à redução da base de cálculo do ICMS, em razão da sua especial natureza jurídica, constituem em uma renúncia fiscal, subvenção de investimentos recebida do Poder Público, não ostentando a natureza de receita ou faturamento, razão pela qual não podem ser incluídos na base de cálculo do IRPJ e da CSLL. **4.17 Conversão em moeda estrangeira** - (a) **Transações e saldos** - As operações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações ou da apresentação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício no "Resultado financeiro" (Nota 25). **4.18 Reapresentação das cifras comparativas de 2020** - As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020, apresentadas em conjunto e para fins de comparação, foram reapresentadas em função de: (i) ajustes relacionados ao reconhecimento de parte dos dividendos complementares deliberados naquele exercício, no valor de R\$ 10.690, e (ii) reclassificação de depósitos judiciais para o ativo não circulante, no valor de R\$ 9. Os ajustes e reclassificações realizados podem ser assim demonstrados: **(a) No balanço patrimonial - (a.1) No ativo**

Ativo	31 de dezembro de 2020		
	Como originalmente apresentado	Reclassificações	Reapresentado
Circulante (ii)	69.276	(9)	69.267
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo			
Depósitos judiciais (ii)		9	9
Partes relacionadas	45.986		45.986
Imobilizado	14.047		14.047
Intangível	7.094		7.094
Direito de uso	4.396		4.396
Total do ativo	140.799	9	140.799

(a.2) No passivo e patrimônio líquido

Passivo e patrimônio líquido	31 de dezembro de 2020		
	Como originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Circulante (i)	44.039	10.690	54.729
Não circulante	30.493		30.493
Total do passivo	74.532	10.690	85.222
Patrimônio líquido (ii)	66.267	(10.690)	55.577
Total do passivo e do patrimônio líquido	140.799		140.799

(b) Na demonstração do resultado e do resultado abrangente - Os ajustes efetuados não afetaram as demonstrações do resultado e do resultado abrangente. Ademais, outras reclassificações ou alterações de nomenclatura não foram significativas (Nota 2.1(a)). **(c) Na demonstração dos fluxos de caixa** - Os ajustes efetuados na demonstração dos fluxos de caixa resultaram dos reflexos apresentados no balanço patrimonial, os quais estão apresentados no item (a) acima. Esses ajustes não alteraram de forma significativa os totais dos fluxos de caixa, por atividade.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020	2019
Recursos em bancos	5.682	783	359
Aplicações	31.504	3.204	7.241
Total	37.186	3.987	7.600

Os Certificados de Depósitos Bancários - CDB e os fundos de investimento de renda fixa possuem liquidez diária, e são remunerados a taxas de 99% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (2020 - 80% e 2019 - 95%). Todas as aplicações financeiras são realizadas em moeda local, imediatamente convertíveis em caixa e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. **6 Contas a receber de clientes** - O saldo de contas a receber de clientes está composto da seguinte forma:

	2021	2020	2019
Mercado nacional	104.472	37.565	45.637
Intercompany	14.590	16.855	5.256
Mercado externo	9.947	309	135
(-) PCLD	(2.425)	(1.601)	(2.516)
Total	126.584	53.128	48.512

A composição das contas a receber de clientes, por idade de vencimento, é como segue:

	2021	2020	2019
Duplicatas vencidas até 30 dias	2.423	522	470
Duplicatas vencidas de 31 até 90 dias	211	331	80
Duplicatas vencidas de 91 até 180 dias	101	191	194
Duplicatas vencidas a partir de 181 dias	2.516	2.763	2.178
Total	123.184	50.613	47.971
PCLD	(2.425)	(1.601)	(2.516)
Total	120.759	49.012	45.455

A provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD, perfaz o montante de R\$ 2.425 (2020 - R\$ 1.601 e 2019 - R\$ 2.516). Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos. A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. Conseqüentemente, a Administração não espera incorrer em perdas superiores ao valor registrado em cada exercício. A movimentação da PCLD é demonstrada a seguir:

	2021	2020	2019
Saldo inicial - 1º de janeiro	(1.601)	(2.516)	(3.556)
Contas a receber de clientes provisionadas	(1.271)	(105)	(1.156)
Contas a receber de clientes baixadas	447	1.020	2.196
Total	(2.425)	(1.601)	(2.516)

7 Estoques

	2021	2020	2019
Embalagens	4.476	3.931	2.406
Matérias-primas	2.118	1.523	2.266
Produtos semi-acabados	3.172	3.640	2.391
Produtos acabados	1.861	651	188
Produtos acabados em trânsito (cutoff)	1.086	676	10
Provisão para estoques obsoletos	(290)	(358)	
Total	12.243	10.063	7.261

8 Impostos e contribuições a recuperar

	2021	2020	2019
IRPJ/CSLL a recuperar	1.786		
PIS/COFINS extemporâneo	1.466		
COFINS a recuperar	695		
IRRF a recuperar	281	293	313
PIS a recuperar	154		22
IPI a recuperar	51	108	8
ICMS a recuperar	1.233		11
ISS a recuperar	35		
Total	4.433	1.669	354

9 Imposto de renda e contribuição social - Até 31 de dezembro de 2020 o imposto de renda e a contribuição social da Companhia eram apurados pelo regime do "Lucro presumido" (Nota 26). A partir de 2021, inclusive, a apuração passou a ser pelo regime do "Lucro real". Nesse contexto, a Companhia passou, também, a registrar os tributos diferidos de imposto de renda e de contribuição social sobre as diferenças temporárias provenientes dessa apuração. Em 31 de dezembro de 2021, os saldos diferidos e correntes são os seguintes:

	2021
No ativo não circulante	
Créditos diferidos	
Tributos diferidos sobre diferenças temporárias de:	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD (Nota 6)	825
Provisão para estoques obsoletos (Nota 7)	99
Provisão de royalties (Nota 18)	585
Provisão para descontos (campanhas de marketing) - Nota 18	3.529
Provisão para bônus (Nota 15)	1.788
Outras provisões (Nota 18)	477
Tributos diferidos	7.303
No passivo circulante	
Imposto de renda e contribuição social, a recolher (Nota 14)	56
A reconciliação das correspondentes despesas com imposto de renda e contribuição social e a respectiva base contábil está demonstrada na Nota 26. 10 Imobilizado	

	Terrenos (i)	Hardware	Máquinas, aparelhos e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Outros ativos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018		95	3.354	100	1.434	25	5.008
Aquisições		253	958	238	276	98	1.823
Baixas		(39)	(366)	(25)	(138)	(5)	(573)
Depreciação		(20)	(269)	(24)	(153)	(3)	(469)
Saldo em 31 de dezembro de 2019		289	3.677	289	1.419	115	5.789
Aquisições	5.500	1.056	1.304	276	931	393	9.460
Baixas					(354)		(354)
Depreciação		(285)	(284)	(43)	(204)	(32)	(848)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.500	1.060	4.697	522	1.792	476	14.047
Aquisições	4	264	3.327	123	3.112	652	7.482
Baixas			(147)			(14)	(161)
Depreciação		(754)	(427)	(44)	(364)	(44)	(1.633)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.504	570	7.450	601	4.540	1.070	19.735
Taxa média anual de depreciação		20%		4%	7%	14%	10%

(i) Em junho de 2020 foi adquirido o terreno para a criação da fazenda experimental, utilizada substancialmente para pesquisas e desenvolvimentos de novos produtos. **Garantias** - Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e de 2019, a Companhia não possui bens do ativo imobilizado vinculados a garantias por empréstimos bancários. **Teste ao valor recuperável dos ativos imobilizados** - O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, caso haja indicadores de perda de valor. Para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, não houve indicadores de perda e necessidade de constituição de provisão. Toda a base de ativo fixo da Companhia passou por inventário físico em 2019 conduzido por consultoria idônea, inclusive com reavaliação da vida útil dos bens. A administração efetuou uma revisão e não identificou mudanças que necessitariam de ajustes e/ou alterações dos critérios em 2021 e 2020. **11 Intangível**

Saldo em 31 de dezembro de 2018	Gastos com desenvolvimento			Marcas, direitos e patentes	Total
	Software				
101					101
Aquisições	748			802	1.550
Saldo em 31 de dezembro de 2019	849			802	1.651
Aquisições	3.800	1.701		251	5.752
Amortizações	(309)			(309)	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.340	1.701	1.053	7.094	
Aquisições	820	2.918	82	3.820	
Amortizações	(618)	(182)	(3)	(803)	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.542	4.437	1.132	10.111	
Taxa média anual de amortização	20%	14%	6%		

Nos exercícios acima apresentados a Administração não identificou indícios de *impairment* nesses ativos.

12 Direito de uso

	2021	2020	2019
Saldo em 1º de janeiro	4.396	3.938	4.944
Adições por novos contratos	3.515	3.518	
Amortização	(2.964)	(3.060)	(1.006)
Saldo em 31 de dezembro	4.947	4.396	3.938

13 Fornecedores

	2021	2020	2019
Fornecedores mercado interno	1.104	4.404	1.572
Fornecedores mercado interno - intercompany			144
Total	1.104	4.404	1.716

14 Obrigações tributárias

	2021	2020	2019
ICMS	108	1.345	
Provisão para IOF sobre mútuo	1.300		
Provisão de IRPJ a recolher	40	694	414
Provisão de CSLL a recolher	16	332	211
ISS	30		64
IRRF sobre demais serviços prestados	10		22
COFINS, PIS, CSLL retido na fonte	3	13	103
INSS retido			2
COFINS		3	
Total	1.507	2.387	816

15 Obrigações sociais e trabalhistas

	2021	2020	2019
Salários e ordenados	614	383	296
Provisão para bônus	5.261	2.315	1.444
IRRF sobre folha de pagamento	551	372	191
Encargos - INSS e FGTS	909	1.206	412
Provisão para férias e encargos	1.612	638	603
Total	8.947	4.914	2.948

16 Passivo de arrendamento

	2021	2020	2019
Saldo anterior	4.817	4.141	
(+) Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019			4.945
Novos contratos	4.344	4.324	
Atualização monetária	562	340	468
Pagamentos das contraprestações	(2.586)	(3.988)	(1.292)
Total dos passivos de arrendamento	7.157	4.817	4.141
Circulante	(4.802)	(1.851)	(696)
Não circulante	2.355	2.966	3.245

17 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos	Vencimento	2021	2020	2019
Moeda nacional					
Debêntures - primeira série - (i)	6,00% a.a.				

(continua)

	2021	2020	2019
Ativo não circulante			
Partes relacionadas			
Mútuo: Biotrop Soluções Biológicas e Participações Ltda. (i)	81.540	31.065	16.175
Antecipação de dividendos (ii)	81.540	45.986	31.096
Passivo circulante			
Dividendos a pagar	20.487	12.774	2.084
(b) Transações			
Vendas de produtos			
Biotrop Soluções Biológicas e Participações Ltda.	263	11.967	5.220
Outras receitas (despesas) operacionais			
Receita com serviços compartilhados			
Agro Bio Participações S.A.	541		
Biotrop Soluções Biológicas e Participações Ltda.	284		
Despesas com serviços compartilhados			
Biotrop Soluções Biológicas e Participações Ltda.	(3.083)		
	(2.258)		

Receitas financeiras sobre mútuos
Biotrop Soluções Biológicas e Participações Ltda. 2.094 1.694 444

(i) Referir-se a mútuo concedido a empresa controladora, sujeito a remuneração de 1% ao mês e com vencimento em 24 meses da data de assinatura de determinados contratos, e sem incidência de encargos ou previsão de vencimento para parte desses empréstimos. (ii) Em 31 de dezembro de 2019, foi aprovado em reunião de Conselho de Administração, a distribuição de dividendos, referentes ao exercício de 2019. Frente a ausência da correspondente deliberação dos acionistas da Companhia, os valores foram considerados como antecipação e, em 2021, convertidos para mútuo. (c) **Remuneração do pessoal-chave da administração** - O pessoal-chave da administração inclui os membros da diretoria executiva. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a remuneração paga foi de R\$ 2.307 (2020 - R\$ 2.078 e 2019 - R\$ 538). **20 Patrimônio líquido - 20.1 Capital social** - O capital social é representado por 19.743.631 ações, sendo: (i) 19.733.631 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e (ii) 10.000 ações preferenciais de classe "A", nominativas e sem valor nominal. As ações de capital são classificadas no patrimônio líquido e cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia. As ações preferenciais de classe "A" não terão direito a voto. **20.2 Reserva de capital** - Representada por ação na subscrição das ações, no âmbito do aumento de capital ocorrido em 22 de novembro de 2018, conforme faculta a alínea "a" do parágrafo 1º da Lei 6.404/76. **20.3 Dividendos** - Conforme previsto no estatuto social da Companhia, os acionistas têm direito à distribuição de dividendo mínimos obrigatórios, em cada exercício social, de 5% do lucro líquido realizado, após deduzido a quota destinada a constituição da reserva legal. Nesse contexto, as ações preferenciais de classe "A" terão prioridade no recebimento de dividendos; os quais serão fixos e cumulativos, no valor de R\$ 2.000 por exercício social para a totalidade das ações preferenciais. Os dividendos fixos dos acionistas preferenciais estão sujeitos a correção pelo IGP-M, a observância das condições pactuadas em Acordo de Acionistas e só serão devidos se a Companhia apurar lucro líquido suficiente em cada exercício; caso contrário, a Companhia poderá utilizar as reservas de capital ou de lucros; nesses casos, será uma discricionariedade da Companhia e não uma obrigação e a decisão deverá constar em deliberação da Assembleia Geral. A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia ou das deliberações formais dos acionistas. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. **20.4 Reservas de lucros - (a) Reserva legal** - A reserva legal é constituída anualmente mediante destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não pode exceder 20% do capital social da Companhia ou 30% em conjunto com a reserva de capital. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital. (b) **Reserva de incentivos fiscais** - A Companhia possui benefício por meio do Convênio 1000/1997 e outros dispositivos do Regulamento do ICMS (RICMS) do estado do Paraná, que concede a empresas do ramo agropecuario o diferimento desse imposto nas operações com determinados produtos/insusmes dentro do estado do Paraná e, em operações fora do estado, a redução da base de cálculo do ICMS, reduzindo a carga fiscal efetiva sobre esses determinados produtos comercializados pela Companhia em 30% ou 60%. O valor da subvenção apurado no período foi registrado na demonstração do resultado na rubrica de "Receitas líquidas" (Nota 22), em conta redutora das deduções do ICMS sobre vendas. Pela impossibilidade de destinação como dividendos, é constituída reserva para incentivos fiscais, em contrapartida à conta de Lucros acumulados, no montante apurado da subvenção de cada exercício. (c) **Reservas estatutárias** - As reservas estatutárias, quando aplicável, serão constituídas mediante a transferência de saldos de lucros acumulados remanescentes após a destinação da reserva legal, dos dividendos mínimos e de outras distribuições de lucros, limitada, em conjunto com valor da reserva legal, ao montante do capital social. O estatuto social da Companhia prevê a possibilidade de constituição de reserva para orçamento de capital, nos termos do artigo 196 da lei das sociedades por ações, e/ou para investimentos, com a utilização de até 5% do lucro líquido do exercício, após as destinações supracitadas. (d) **Reserva de lucros retidos** - O saldo remanescente de lucros acumulados e/ou do lucro líquido do exercício é transferido para a conta de "Reserva de lucros retidos", até que haja a deliberação dos acionistas. **21 Lucro por ação** - O lucro básico é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações "ordinárias", conforme definição do CPC 41, em circulação durante o período.

2021 2020 2019

30.843 11.120 19.902

1.56 0,56 1,01

Lucro líquido do exercício

Média ponderada do

número de ações no exercício

Lucro básico por ação - R\$

O lucro básico por ação e o lucro diluído por ação são iguais pelo fato de a Companhia não possuir nenhum instrumento com o efeito

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

	2021	2020	2019
diluidor sobre o resultado por ação.			
22 Receitas líquidas de vendas			
Receita bruta de produtos e serviços - Mercado interno	164.873	77.886	73.020
Receita bruta de produtos e serviços - Mercado externo	8.268	374	2.595
(-) Tributos sobre vendas	(5.305)	(2.414)	(2.040)
(-) Cancelamentos e devoluções	(14.496)	(3.741)	(2.993)
	153.340	72.105	70.582

	2021	2020	2019
23 Custos das vendas			
Matérias-primas e materiais de consumo	(25.648)	(12.493)	(10.508)
Mão-de-obra direta	(10.505)	(3.048)	(3.454)
Ociosidade de produção	(1.332)	(1.828)	(1.557)
Depreciação e amortização	(217)	(359)	(832)
Ajuste de materiais em trânsito (cutoff)	58	(10)	
Outros custos de vendas		(863)	(541)
	(37.644)	(18.601)	(16.892)

24 Despesas por natureza - A demonstração de resultado da Companhia é classificada por função. A reconciliação por natureza/finalidade conforme requerido pelas práticas contábeis é como segue: **24.1 Despesas com vendas**

	2021	2020	2019
Salários e encargos	(19.668)	(9.080)	(8.154)
Provisão para descontos (campanhas de marketing)	(10.454)		
Serviços de terceiros (PJ)	(628)	(508)	(1.285)
Fretes e carretos sobre vendas	(3.389)	(1.815)	(1.836)
Direitos de uso - royalties	(1.467)	(549)	(638)
Provisão para devolvedores duvidosos	(824)	915	140
Depreciações e amortizações	(238)	(196)	(88)
Amortização IFRS 16	(485)	(208)	(116)
Despesas com veículos	(3.447)	(2.502)	(2.396)
Outras despesas com vendas	(1.626)	(262)	(1.206)
	(42.226)	(14.205)	(15.579)

	2021	2020	2019
24.2 Despesas gerais e administrativas			
Salários e encargos	(12.348)	(10.189)	(5.453)
Serviços de terceiros (PJ)	(6.413)	(4.207)	(7.134)
Utilidades e serviços	(860)	(1.242)	96
Despesas com veículos	(952)	(2.023)	(21)
Depreciações e amortizações	(1.987)	(793)	(1.128)
Amortização IFRS 16	(916)	(2.278)	
Doações, brindes e bonificações	(49)		(362)
Outras despesas gerais e administrativas	(194)	(1.460)	
	(23.719)	(22.192)	(14.002)

Em 2020, as despesas gerais e administrativas incluem gastos não recorrentes referentes a: consultorias estratégicas, ações judiciais, gastos com reestruturação e melhorias no sistema de software de gestão empresarial. **25 Resultado financeiro**

	2021	2020	2019
Despesas financeiras			
Comissões e despesas bancárias	(503)	(382)	(49)
Descontos concedidos	(1.024)	(969)	(880)
Juros/multas pagos ou incorridos	(9.081)	(3.773)	(1.250)
Varição cambial	(169)	(20)	(592)
IOF	(1.621)	(802)	(113)
Varição monetária			(84)
Outras despesas financeiras			(84)
Total das despesas financeiras	(12.398)	(5.946)	(2.968)
Receitas financeiras			
Rendimentos de aplicações financeiras	394	107	953
Descontos obtidos	11	18	19
Juros recebidos	48	63	99
Varição cambial	856	1.203	457
Varição monetária	2.094	1.694	444
Outras receitas financeiras	57	8	2
Total das receitas financeiras	3.460	3.093	1.974
Resultado financeiro	(8.938)	(2.853)	(994)

26 Despesa de imposto de renda e contribuição social - (a) Em 2020 e 2019, pelo regime fiscal do "Lucro presumido"

	2020	2019
Venda de mercadorias	78.260	75.615
(-) Devoluções	(3.741)	(2.993)
	74.519	72.622
Percentual de presunção para o IRPJ: 8%	5.962	5.810
Outras receitas	2.250	837
Receitas de aplicações financeiras	1.079	951
Base de cálculo do IRPJ	9.291	7.598
IRPJ	2.303	1.870
Imposto de renda retido na fonte		(19)
IRPJ a recolher	2.303	1.851
Percentual de presunção para a CSLL: 12%	8.942	8.715
Outras receitas	2.250	837
Receitas de aplicações financeiras	1.079	951
Base de cálculo da CSLL	12.271	10.503
CSLL	1.105	930
Total de imposto de renda e contribuição social	3.408	2.800

(b) **Em 2021, pelo regime fiscal do "Lucro real"**

	2021	2019
Imposto de renda	38.689	38.689
Aliquota máxima	25%	9%
	(9.672)	(3.482)
Tributos sobre exclusões (adições) permanentes:		
• Despesas indedutíveis e outras, líquidas	432	154
• Subvenção governamental - ICMS	2.907	1.046
• Inovação tecnológica - "Lei do bem"	548	197
Efeito da diferença do adicional de alíquota	24	
Tributos no resultado	(5.761)	(2.085)

27 Instrumentos financeiros - A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. As atividades da Companhia a expõem a riscos relacionados aos seus instrumentos financeiros, sendo eles respectivamente risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. Sendo que tais riscos são mitigados pela Gerência e Diretoria do Grupo, buscando minimizar e projetar possíveis efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. A gestão de risco é realizada pela Gerência Financeira e Diretoria do Grupo, sendo que a Tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais. As operações realizadas pela Companhia através de instrumentos financeiros ao custo amortizado estão demonstradas abaixo.

	2021	2020	2019
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	37.186	3.987	7.600
Contas a receber de clientes e outros créditos	126.766	53.548	49.073
Partes relacionadas	81.540	45.986	31.096
Ativos ao custo amortizado	245.492	103.521	87.769
Passivos			
Fornecedores e Outras contas a pagar	5.561	4.765	2.188
Empréstimos e financiamentos	170.665	54.253	29.752
Passivo de arrendamento	7.157	4.817	4.141
Dividendos a pagar	20.487	12.774	2.084
Passivo ao custo amortizado	203.870	76.609	38.165

Os saldos classificados como instrumentos financeiros referem-se a: **• Caixa e equivalentes de caixa** - Incluem o caixa, os saldos em conta corrente e em aplicações financeiras, com valores disponíveis para realização na data de elaboração das demonstrações financeiras; **• Contas a receber de clientes/fornecedores** - Decorrem diretamente das operações da Companhia, registradas pelo seu valor original, deduzido de provisões para eventuais perdas; **• Empréstimos e financiamentos** - Contratações realizadas junto a instituições financeiras, registradas pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais; **• Outras contas a receber e outras contas a pagar** - Saldos decorrentes de outras transações; **• Passivo de arrendamento** - Saldos decorrentes de transações de arrendamentos com terceiros. **27.1 Gerenciamento de risco financeiro** - Os valores de mercado estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. O gerenciamento, controle e gestão dos riscos são de responsabilidade da área de Tesouraria. Identificado o risco, o responsável pela Tesouraria especifica e atua de forma a zelar possíveis impactos no resultado da Companhia. Os riscos são mensurados analisando as tendências de mercado e especialmente para as commodities são considerados a expectativa de plantio e realização da produção e as expectativas futuras de preços, o que determinará possíveis posições compradas. A Companhia demonstra as seguintes exposições aos riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: **• Risco de crédito**: Risco de liquidez; e **• Risco de mercado**. Essa nota apresentará informações sobre a exposição a cada um dos riscos supracitados, descrevendo os objetivos, as práticas e os processos de mensuração e gerenciamento dos mesmos. (a) **Risco de crédito** - Risco de crédito é o risco de a contraparte de um instrumento financeiro não conseguir cumprir com suas obrigações contratuais, que podem surgir principalmente junto aos recebíveis de clientes. Quanto as obrigações junto a instituições financeiras, a Companhia possui operações de empréstimos e financiamentos com saldos devedores significativamente superior aos em conta corrente ou em aplicações financeiras. A Administração considera que a concentração de risco de crédito das contas a receber é minimizada devido a pulverização da carteira de clientes junto aos produtores rurais. A Companhia avalia o crédito do cliente considerando o histórico de bom relacionamento, indicadores de liquidez, bem como a capacidade de pagamento à Companhia, somada a solicitação de garantias. O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das demonstrações financeiras era a seguinte:

Caixa e equivalentes de caixa 37.186 3.987 7.600

Contas a receber de clientes e outros créditos 81.540 45.986 31.096

Ativos ao custo amortizado 118.726 49.973 38.696

(b) **Risco de liquidez** - O risco de liquidez é o risco de escassez de recursos para liquidar obrigações. O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado com o objetivo de garantir que a Companhia tenha recursos necessários para liquidar seus passivos financeiros na data de vencimento. O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado pela Diretoria Financeira e monitorado pela Gerência Financeira. O gerenciamento do risco de liquidez é elaborado tendo-se em vista as necessidades de captação e a gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequados recursos financeiros disponíveis em caixa e equivalentes de caixa e por meio de linhas de crédito para captação de empréstimos, com base no monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais por no mínimo 12 meses. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

Até 12 meses 2021 2020 2019

Fornecedores e outras contas a pagar 5.561 4.765 2.188

Empréstimos e financiamentos 54.659 26.726 16.141

Passivo de arrendamento 4.802 1.851 896

Dividendos a pagar 20.487 12.774 2.084

No circulante 85.509 46.116 21.309

De 2 a 6 anos 2021 2020 2019

Empréstimos e financiamentos 116.006 27.527 13.611

Passivo de arrendamento 2.355 2.966 3.245

No não circulante 118.361 30.493 16.856

(c) **Risco de mercado - (i) Risco de taxa de juros** - O risco de taxa de juros da Companhia decorre, substancialmente, de aplicações financeiras e de empréstimos e financiamentos. Como política, as aplicações e parte significativa dos empréstimos e financiamentos são indexados a taxas pós-fixadas (Certificado de Depósito Interbancário - CDI), representando um hedge natural entre os saldos. O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos. Além disso, a Administração monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas

operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. Ademais, a Companhia tem parte de sua dívida bancária atualizada por taxas de juros pré-fixadas e também pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI médio previsto para o prazo de vigência das operações. (ii) **Risco de moeda** - A Companhia possui ativos denominados em moeda estrangeira, conforme mencionado na Nota 6. O risco de moeda é acompanhado regularmente pela Tesouraria e a Administração entende que não é necessário contratar instrumentos financeiros para sua mitigação dado o baixo impacto sobre os saldos de contas a receber. (d) **Risco operacional** - Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia, buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam a iniciativa e criatividade. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída a alta Administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas: **• exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;** **• cumprimento de exigências regulatórias e legais;** **• desenvolvimento de planos de contingência;** **• treinamento e desenvolvimento profissional;** **• padrões éticos e comerciais;** e **• mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.** A existência de sistemas de informação integrados e integros apoiam a Administração na mitigação dos riscos da operação por meio da implementação de processos padronizados e automatizados. **27.2 Gestão de capital** - Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de garantir a existência de recursos suficientes para investimentos necessários para a continuidade do seu negócio e de garantir a liquidez necessária para suas atividades. Os recursos administrados para os investimentos nos ativos fixos da Companhia, requeridos para a dinâmica de seu constante crescimento e renovação, são obtidos de recursos captados em linhas de financiamento de longo prazo e de geração de caixa da Companhia. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos, subtraído do montante de caixa e equivalente de caixa. O capital total corresponde à soma do patrimônio líquido. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro da Companhia são assim sumarizados:

	2021	2020	2019
Total dos empréstimos e financiamentos	170.665	54.253	29.752
Total de passivo de arrendamento	7.157	4.817	4.141
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(37.186)	(3.987)	(7.600)
Dívida líquida (A)	140.636	55.083	26.293
Patrimônio líquido (B)	75.434	55.577	62.861
Índice de alavancagem financeira - (A)/(B)	1,86	0,99	0,42

28 Cobertura de seguros - Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, a Companhia tem programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

	2021	2020	2019
Total dos empréstimos e financiamentos	170.665	54.253	29.752
Total de passivo de arrendamento	7.157	4.817	4.141
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(37.186)	(3.987)	(7.600)
Dívida líquida (A)	140.636	55.083	26.293
Patrimônio líquido (B)	75.434	55.577	62.861
Índice de alavancagem financeira - (A)/(B)	1,86	0,99	0,42

Limites de cobertura

Bens segurados	Riscos cobertos	2021	2020	2019
Edifício	Incendio, acidentes			
máquinas e instalações industriais	ambientais, explosão de qualquer natureza, furtos e outros	33.602	17.116	16.820
Veículos	Danos materiais, corporais e morais	17.280	11.040	8.280
Responsabilidade civil	Perdas indenizáveis devido a terceiros, decorrente de uma relação	10.000		

29 Eventos subsequentes - incorporação reversa da empresa controladora, pela Companhia - Em Assembleia Geral Extraordinária de 28 de fevereiro de 2022, os acionistas da Companhia deliberaram a incorporação integral do patrimônio da empresa controladora, Biotrop, com a consequente redução do capital social da Companhia, em R\$ 7.425, e o cancelamento de 1.654.289 ações ordinárias da mesma, tendo em vista que o acervo líquido a ser incorporado é menor que o valor do correspondente investimento que a Biotrop possui na Companhia. Por fim, neste ato, os acionistas deliberaram a incorporação reversa e autorizam os diretores e representantes da Companhia a tomarem todas as providências necessárias para efetivação da referida operação (atos complementares, registros etc.).

Diretoria<